

# Avaliação da Declaração Florestal

Estamos no caminho certo para cumprir os objetivos florestais de 2030?

## Sumário executivo

Outubro de 2022

# Avaliação da Declaração Florestal

Estamos no caminho certo para cumprir os objetivos florestais de 2030?

## Sumário executivo

Outubro de 2022

A Avaliação da Declaração Florestal (antiga Avaliação de Progresso da Declaração de Nova York sobre Florestas (NYDF)) é uma iniciativa independente liderada pela sociedade civil para avaliar o progresso em direção aos objetivos globais de deter o desmatamento e restaurar 350 milhões de hectares de terras degradadas até 2030, conforme estabelecido em declarações internacionais como a Declaração de Nova York sobre Florestas (2014) e a Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra (2021). Globalmente, os ecossistemas terrestres e costeiros, incluindo savanas, matas, cerrados e pântanos, estão todos sob ameaça de conversão e degradação. Combater essa ameaça a todos os ecossistemas é essencial para atingir os objetivos globais de clima e biodiversidade. No entanto, esta avaliação anual do progresso global para 2022 se concentra especificamente nos ecossistemas florestais. É publicada como um conjunto de quatro relatórios que abrangem diferentes temas: [Objetivos florestais globais](#), [Produção e desenvolvimento sustentáveis](#), [Finanças para florestas](#) e [Governança florestal](#).

Objetivos globais de conservação incluem limitar o aumento da temperatura global a 1,5 °C, conforme articulado no Acordo de Paris, e reduzir a perda de diversidade de acordo com as metas da Convenção sobre Diversidade Biológica de Aichi. Alcançar esses resultados exigirá uma redução drástica na conversão e degradação de todos os ecossistemas naturais e um aumento elevado nas atividades de restauração e reflorestamento, que devem ser obtidos por meio de medidas equitativas e inclusivas. Esta avaliação se foca nas florestas como um subconjunto proeminente destes ecossistemas. Nada menos que uma transformação radical dos caminhos de desenvolvimento, fluxos financeiros e eficácia e aplicação de governança serão necessários para mudar a trajetória florestal mundial para atingir os objetivos de 2030. A Avaliação da Declaração Florestal de 2022 avalia os progressos recentes para os objetivos de 2030 e responde a pergunta: **“Estamos no caminho certo?”**

# Progresso em direção aos objetivos florestais de 2030

Florestas são fundamentais para regular e estabilizar o clima global. Atender à ambição do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a não mais de 1,5 °C exigirá que as emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) atinjam zero líquido na segunda metade deste século. Eliminar o desmatamento até 2030 é um marco importante para atingir a meta de zero líquido de 2050. A mudança no uso da terra, incluindo desmatamento e degradação, é responsável por 10 a 12% das emissões globais de GEE.<sup>a</sup> Proteger as florestas também traz benefícios claros para as pessoas, a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.<sup>b</sup>

Interromper o desmatamento e a degradação florestal o mais rápido possível, e o mais tardar em 2030, reduzirá substancialmente a liberação de emissões de GEE terrestres para a atmosfera. A restauração de florestas e outros ecossistemas também devolverá quantidades significativas de carbono à biomassa armazenada e nos ajudará a cumprir nossas metas coletivas para 2030.

Restam apenas oito anos para atingir os objetivos globais gêmeos de deter e reverter o desmatamento até 2030. Apesar dos sinais encorajadores, nem um único indicador global está no caminho certo para cumprir esses objetivos para 2030 de deter a perda e degradação das florestas e restaurar 350 milhões de hectares de paisagem florestal.

Para estar no caminho certo de interromper completamente o desmatamento até 2030, uma redução anual de 10% é necessária. No entanto, as taxas de desmatamento em todo o mundo caíram apenas modestamente, em 2021, em 6,3% em comparação com a linha de base de 2018-2020. Nos trópicos úmidos, a perda de floresta primária insubstituível diminuiu apenas 3,1%. Globalmente, as florestas se tornaram mais degradadas em 2021, mas mais lentamente do que durante a linha de base 2018-20; se continuar, esta desaceleração poderá, com o tempo, colocar o mundo no caminho certo para atingir a meta de 2030. Há também uma flutuação significativa ano a ano nos índices de desmatamento e

## OBJETIVOS FLORESTAIS GLOBAIS

As metas florestais globais de: 1) acabar com a perda e degradação das florestas naturais até 2030 e 2) restaurar 350 milhões de hectares de paisagens e florestas degradadas até 2030 são as referências pelas quais todos os esforços de desmatamento, degradação florestal e restauração serão medidos ao longo da próxima década. Esta avaliação baseia-se nos relatórios anteriores da Declaração de Nova York sobre Florestas Objetivo 1 e Objetivo 5, fornecendo atualizações com os dados mais recentes disponíveis.

### TEMA 1:

<sup>a</sup> IPCC. (2014). *Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. <https://www.ipcc.ch/report/ar5/syr/>; IPCC. (2019). *Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*. <https://www.ipcc.ch/srcccl/>.

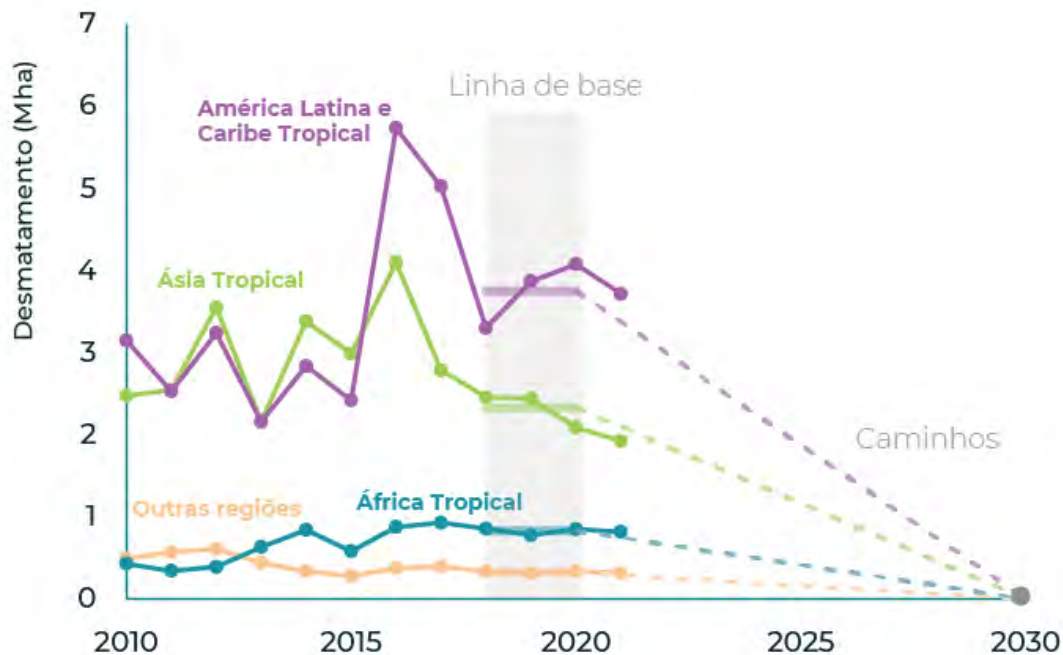
<sup>b</sup> Chao, S. (2012). *Forest Peoples: Numbers across the world*. [https://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2012/05/forest-peoples-numbers-across-world-final\\_0.pdf](https://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2012/05/forest-peoples-numbers-across-world-final_0.pdf); World Resources Institute & Climate Focus. (2022). *Sink or swim: How Indigenous and community lands can make or break nationally determined contributions* (p. 22). <https://forestdeclaration.org/resources/sink-or-swim>; Gibson, L., Lee, T.M., Koh, L.P., Brook, B.W., Gardner, T.A., Barlow, J., Peres, C.A., Bradshaw, C.J., Laurance, W.F., Lovejoy, T.E. & Sodhi, N.S. (2011). Primary forests are irreplaceable for sustaining tropical biodiversity. *Nature*, 478(7369), 378-381. <https://doi.org/10.1038/nature10425>

degradação, o que dificulta a detecção de tendências em curtos períodos de tempo. Avaliações futuras continuarão monitorando esses processos para confirmar o progresso limitado detectado em 2021.

A Ásia Tropical é a única região atualmente a caminho de deter o desmatamento até 2030 (**Figura ES1**). Embora as taxas de desmatamento na América Latina Tropical e na África tenham diminuído em 2021 em relação à linha de base de 2018-2020, essas reduções ainda são insuficientes para atingir o objetivo de 2030. Cada ano que passa sem progresso suficiente torna cada vez mais difícil cumprir os objetivos globais de proteção florestal, e aumenta as reduções anuais necessárias nos anos seguintes.

Notáveis avanços nos esforços de florestamento e reflorestamento nas últimas duas décadas resultaram em novas áreas florestais do tamanho do Peru, com ganhos líquidos de cobertura florestal em 36 países. No entanto, as perdas superaram os ganhos no mesmo período, resultando em uma perda líquida de 100 milhões de hectares globalmente. É importante observar que os ganhos de cobertura florestal, por meio de atividades de reflorestamento e florestamento, não compensam a perda florestal em termos de armazenamento de carbono, biodiversidade ou serviços ecossistêmicos. Portanto, os esforços de maior prioridade devem ser direcionados para proteger as florestas primárias das perdas em primeiro lugar.

**Figura ES1. Taxa global de desmatamento por região no período 2010-2021, em milhões de hectares, e o caminho para atingir a meta bruta zero de 2030 da linha de base 2018-2020**



Fonte: Figura baseada na análise original para este relatório usando dados de Hansen et al. 2013.

Nota: Os dados referentes a outras regiões são usados aqui como referência, para destacar que a maior parte do desmatamento ocorre em apenas duas regiões globais. Os dados antes e depois de 2015 não são diretamente comparáveis, pois a metodologia para detectar a perda de cobertura arbórea foi aprimorada e pode resultar em estimativas de perda mais altas para os últimos anos em comparação com anos anteriores, embora isso não afete a avaliação do progresso desde 2020.

# Produção e desenvolvimento sustentáveis

A demanda global por commodities leves, como alimentos e madeira, e por commodities extraíveis, como combustíveis fósseis e recursos minerais, continua a impulsionar a expansão da agricultura, indústrias extrativas e outros usos da terra nas florestas. O desmatamento é muitas vezes possibilitado pelo estabelecimento de infraestrutura, abrindo intencionalmente ou não o acesso às florestas. O maior risco florestal vem dos chamados megaprojetos, que combinam vários tipos de infraestrutura de transporte e energia, além de locais de produção agrícola, extração de recursos naturais e urbanização planejada. Tais projetos estão atualmente em andamento ou nos planos em todas as principais regiões de floresta tropical.

As florestas estão ameaçadas não apenas pelos mercados globais, mas também pela crescente demanda devido às populações em áreas florestais e centros urbanos. Bilhões de pessoas, especialmente povos indígenas e comunidades locais (PIs e CLs), dependem das florestas para sua subsistência ou realizam atividades comerciais de pequena escala que sustentam meios de subsistência. Essas atividades também podem levar ao desmatamento ou degradação permanente quando a pressão da demanda supera a taxa de regeneração.

## Constatações

Não estamos no caminho certo para alcançar o objetivo do setor privado de eliminar o desmatamento das cadeias agrícolas até 2025. A perda de cobertura de árvores causada por commodities diminuiu 6% em 2021 em comparação com anos anteriores (2018-2020), mas as taxas de desmatamento ainda são mais altas do que em qualquer ano anterior a 2016 e estão distantes da trajetória (redução de 20% ao ano) necessária para atingir a meta de 2025 (**Figura ES2**).

Quase todos os governos nacionais adotaram metas florestais ambiciosas no âmbito da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, indicando amplo alinhamento com o objetivo de alcançar produção e desenvolvimento sustentáveis. Dezenas de países em desenvolvimento também desenvolveram estratégias florestais no contexto de REDD<sup>+</sup>, lançando as bases para reformas importantes e, em alguns

### PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS

A avaliação de produção e desenvolvimento sustentáveis explora os setores e as atividades econômicas que contribuem e impulsionam o desmatamento e a degradação florestal, incluindo agricultura, indústrias extrativas, infraestrutura e outros aspectos do desenvolvimento econômico. Este relatório baseia-se em relatórios anteriores de Avaliação de Progresso do Objetivo 2 (produtos agrícolas), o Objetivo 3 (indústrias extrativas e infraestrutura) e o Objetivo 4 (meios de vida sustentáveis) da NYDF. Esta avaliação está alinhada com as metas corporativas de acabar com o desmatamento da produção agrícola até 2025, um marco crucial para limitar o aumento da temperatura a menos de 1,5 °C.

#### TEMA 2:

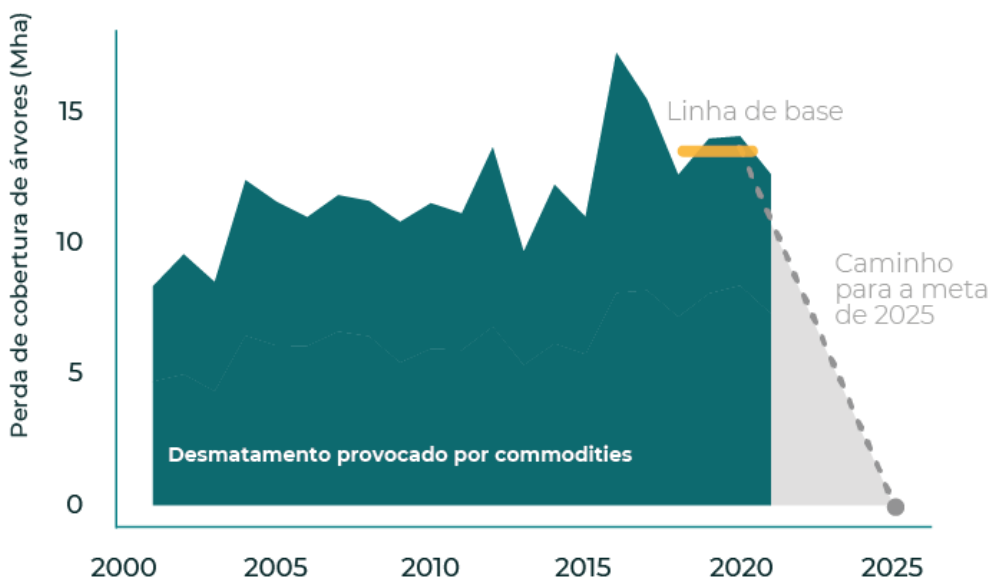
---

<sup>o</sup> REDD+: redução das emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal e promoção da conservação, do manejo sustentável das florestas e aumento dos estoques de carbono.

casos, impulsionando importantes mudanças de políticas. No entanto, na maioria dos casos, esses programas ainda não produziram redução no desmatamento, e apenas alguns países receberam pagamentos por reduções de emissões florestais.

Na maioria dos países, os governos ainda precisam fazer as ousadas reformas setoriais necessárias para proteger as florestas. Há pouca transparência sobre como os responsáveis por elaborar políticas integram as metas florestais em suas tomadas de decisão e como procuram evitar e mitigar os riscos florestais em todos os setores econômicos. As políticas de uso da terra – como incentivos fiscais, avaliações de impacto ambiental e social e regulamentações de áreas protegidas – muitas vezes não integram as preocupações florestais, apresentam falhas em seu projeto, ou são mal aplicadas. Mesmo os governos que adotaram agendas de “crescimento verde” ainda enfrentam dificuldades para investir no crescimento econômico alinhado com os objetivos florestais.

**Figura ES2. Desmatamento provocado por commodities, em milhões de hectares, e o caminho para 2025**



Fonte: GFW, Hansen et al. 2013, e Curtis et al. 2018, projeção da Climate Focus do caminho de 2021 a 2025 com base em uma meta de desmatamento bruto zero da produção de commodities até 2025

Nota: O desmatamento provocado por commodities inclui a conversão para uso não florestal principalmente para a agricultura comercial, mas também mineração ou infra-estrutura energética.

Felizmente, intervenções de desenvolvimento como florestas comunitárias, pagamentos por esquemas de serviços ambientais e serviços de extensão para agricultores podem abordar tanto a redução da pobreza quanto o desmatamento e a degradação florestal. No entanto, há muito poucos exemplos de programas de redução da pobreza liderados pelo governo que priorizem os impactos florestais e sejam implementados em escala. Uma análise de 23 países descobriu que a maioria tem esquemas florestais comunitários ou coletivos vigentes, mas apenas alguns oferecem uma posse da terra robusta ou promovem desenvolvimento econômico.

Da mesma forma, o setor agrícola não avançou o suficiente na redução do desmatamento da produção agrícola. Desde o primeiro relatório de Avaliação de Progresso da NYDF em 2016, vimos pouco progresso

na remoção do desmatamento das cadeias de suprimentos (Objetivo 2 da NYDF), e o potencial transformador da ação voluntária das empresas ainda não foi realizado. Até o momento, apenas um quarto das grandes empresas globais do setor anunciaram uma política clara, abrangente e ambiciosa para eliminar o desmatamento de suas cadeias de suprimentos; desses, apenas alguns fizeram progressos significativos na implementação. Menos de 20% das empresas que reportam ao CDP relatam o cumprimento quase completo de seus compromissos de desmatamento zero.

A ação corporativa em setores extrativos também permanece limitada. Em resposta à demanda de investidores, a maioria das empresas de mineração já adotou alguma forma de responsabilidade social corporativa ou abordagem ambiental, social e de governança, mas esses marcos raramente incluem um foco explícito nas florestas. O ritmo de implementação de práticas de mineração responsáveis pelas principais empresas desacelerou desde 2020 em comparação com os anos anteriores. Poucas empresas adotaram padrões voluntários de sustentabilidade do setor de mineração que exigem que elas abordem os impactos florestais diretos, indiretos e cumulativos. Recentemente, o setor de mineração fez progressos positivos ao adotar políticas e padrões que abordam os impactos na biodiversidade, mas de maneira geral a transparência e as ações para enfrentar os impactos florestais ainda estão significativamente atrás do setor agrícola.

Os PIs e as CLs estão na vanguarda do ambientalismo popular, apesar dos riscos significativos que enfrentam. Os PIs e as CLs frequentemente trabalham em conjunto com organizações da sociedade civil, coalizões de agricultores familiares e redes de mulheres para combater ameaças às florestas de projetos de desenvolvimento, extrativistas ou expansão agrícola. Esses agentes empregam várias formas de resistência social, mas com sucesso limitado: apenas 1 em cada 10 mobilizações de baixo para cima contra projetos ambientalmente destrutivos e socialmente conflituosos conseguem interromper seu projeto alvo. No entanto, esses sucessos têm um custo: 200 defensores da terra e do meio ambiente foram mortos em 2021, e o setor de mineração e extrativismo é consistentemente classificado como um dos mais mortais para os defensores.

## Recomendações

Para garantir que 2025 e 2030 não se passem como 2020 (com progresso limitado em direção aos objetivos florestais globais), governos, empresas e sociedade civil devem colaborar para acelerar a ação florestal, apoiada por transparência e prestação de contas.

Os Parceiros de Avaliação da Declaração Florestal urgem os endossantes da Declaração dos Líderes de Glasgow, bem como outros atores que assumiram compromissos, a garantir total transparência na implementação de compromissos, para que o progresso possa ser monitorado e os proponentes responsabilizados. Todos os proponentes devem definir marcos provisórios claros e fornecer relatórios acessíveis ao público.

Agentes públicos, privados e de base devem priorizar a colaboração para aproveitar funções e pontos fortes relativos para atingir a meta de 2025 para o desmatamento provocado por commodities. Onde determinadas regiões e cadeias de suprimentos alcançaram reduções, o crédito geralmente pode ser compartilhado entre mandatos governamentais, ação de empresas e iniciativas da sociedade civil e de base. Todos os agentes devem acelerar a implementação de programas multifuncionais de paisagem e jurisdicionais que adotem uma abordagem integrativa, inclusiva e colaborativa para abordar os riscos e impactos florestais enquanto impulsionam o crescimento econômico sustentável.

Governos devem considerar cuidadosamente se a ação voluntária é uma base viável para atingir os objetivos florestais de 2030, e como o papel da ação obrigatória, transparência e prestação de contas deve ser aumentado. Apesar do sucesso excepcional de algumas iniciativas privadas (em especial a Moratória da Soja na Amazônia, que levou a reduções duradouras e substanciais do desmatamento), ações voluntárias por si só não mudaram suficientemente a trajetória da perda florestal.

- Para cumprir suas próprias promessas e metas voluntárias, governos devem adotar e aplicar mandatos mais fortes para proteção florestal e manejo sustentável. Intervenções podem incluir regulamentos obrigatórios de due diligence e divulgação obrigatória, moratórias, maior regulamentação de áreas protegidas e reconhecimento e respeito por territórios indígenas, incluindo o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) obrigatório. Esses mandatos devem ser robustos e baseados na ciência, abrangendo todas as commodities com risco florestal, desmatamento legal e ilegal e abordando direitos humanos e direitos de PIs e CLs.
- O papel fundamental das empresas globais de comercialização de commodities, que compram e comercializam um volume desproporcional de commodities com risco florestal, deve ser reconhecido e aproveitado para alcançar progressos concretos em escala. Governos devem implementar regulamentos e legislações voltados para esses agentes, complementados por condições claras de/para instituições financeiras.
- Governos devem aplicar uma lente florestal às intervenções destinadas ao aumento de prosperidade e redução da pobreza. “Esverdear” intervenções de redução da pobreza pode aumentar sua eficácia ao manter e melhorar a contribuição dos serviços ecossistêmicos florestais para os meios de subsistência rurais.
- Nos setores extrativo, de infraestrutura e agrícola, regulamentações devem exigir que os riscos florestais identificados para qualquer projeto de desenvolvimento sejam gerenciados aplicando a hierarquia de mitigação, com o primeiro passo (evitar) aplicado o máximo possível, levando em consideração outras prioridades para o desenvolvimento sustentável. Governos também devem impor zonas rígidas de proibição para indústrias extrativas e infraestrutura em ecossistemas florestais de alto valor.
- Para as indústrias extrativas, governos também devem fortalecer os processos de prospecção, exploração e licenciamento de mineração. As avaliações de impacto ambiental e social devem ser realizadas no início do ciclo de vida da mineração para avaliar os impactos indiretos e cumulativos do projeto.
- Em todos os setores, governos também devem capacitar a sociedade civil, os pequenos produtores rurais, em especial, os PIs e as CLs que tradicionalmente têm sido os grupos de interesse mais fortes para as florestas. Governos precisam garantir a participação significativa nos processos de tomada de decisão, projeto e implementação dos detentores de direitos afetados sobre suas terras florestais e meios de subsistência, garantindo seu direito ao CLPI, bem como a participação de organizações que defendem os direitos da natureza.

Empresas precisam aumentar urgentemente o escopo e a capacidade de ação corporativa, seja voluntária ou obrigatória. As empresas que desejem liderar a empreitada em direção aos objetivos florestais de 2025 e 2030 devem defender em níveis local, nacional e internacional abordagens holísticas para lidar com o desmatamento; onde a ação corporativa seja habilitada e apoiada por estruturas legislativas e políticas apropriadas, padrões comerciais e instrumentos financeiros e estruturas de incentivos.



- Empresas agrícolas devem se esforçar para seguir as melhores orientações disponíveis para remover o desmatamento de suas cadeias de suprimentos e devem adotar as melhores práticas estabelecidas por padrões de sustentabilidade.
- Órgãos setoriais como associações comerciais e de commodities devem expandir seus esforços para incluir mercados domésticos e pequenas e médias empresas no movimento da cadeia de suprimentos de desmatamento zero e conversão zero para alcançar uma parcela crítica da cobertura de mercado para todas as commodities com risco florestal.
- Empresas extrativistas, e aquelas que se abastecem delas, devem adotar compromissos e políticas de biodiversidade que declarem explicitamente que os impactos florestais das operações da empresa dentro e fora da mina, e em toda a empresa, devem ser tratados usando a hierarquia de mitigação. Elas devem então incorporar os processos e mecanismos necessários em suas operações padrão para cumprir esses compromissos, incluindo sistemas de monitoramento e relatórios.
- Os regimes de sustentabilidade do setor de mineração devem exigir que os operadores locais e os compradores a jusante avaliem e gerenciem não apenas os impactos florestais diretos da extração, mas também os indiretos e cumulativos.
- Empresas em cadeias de suprimentos extrativistas também devem considerar as oportunidades de realizar atividades de conservação e restauração florestal, através de um ponto de vista de soluções baseadas na natureza, para mitigar os riscos do negócio, atingir as metas de clima e biodiversidade da empresa e fornecer benefícios às partes interessadas afetadas.

# Finanças florestais

Alcançar os objetivos florestais internacionais requer investimentos públicos e privados substanciais para lidar com os fatores de desmatamento e para gerenciar e restaurar florestas de forma sustentável. Melhorar o impacto ambiental de nossos sistemas industriais e agrícolas requer mudanças profundas nos sistemas econômico e legal. Sem mecanismos de fiscalização e compensação, as florestas continuarão a valer mais para os usuários desmatadas do que em pé, especialmente no curto prazo.

Atingir os objetivos florestais exige que mais finanças sejam destinadas às atividades florestais e que as finanças existentes sejam transferidas de atividades danosas para ações sustentáveis.

## FINANÇAS FLORESTAIS

### TEMA 3

A avaliação das finanças florestais e dos objetivos florestais fornece atualizações sobre dados disponíveis e políticas recentes para canalizar finanças para o setor florestal e uma avaliação do papel das finanças pública e privada e dos mercados de carbono para as finanças florestais. Avalia como o progresso no último ano avançou os objetivos florestais globais de 2030; até que ponto as finanças atuais são suficientes para o cumprimento desses objetivos, e onde permanecem as lacunas. Também explora novas áreas relacionadas às finanças florestais, incluindo mecanismos de governança do setor público, mecanismos de finanças diretas para PIs e CLs, o papel do mercado voluntário de carbono.

## Constatações

As finanças para florestas não estão no caminho certo para cumprir os objetivos globais de deter e reverter o desmatamento até 2030. Custará até US\$ 460 bilhões por ano proteger, restaurar e melhorar as florestas em escala global. Atualmente, as finanças nacionais e internacionais de mitigação para florestas são em média US\$ 2,3 bilhões por ano, menos de 1% do total necessário. Para efeito de comparação, as finanças totais para o clima, de fontes públicas e privadas, atingiram US\$ 632 bilhões em 2019-2020.

O financiamento para florestas precisará aumentar em até 200 vezes para atingir os objetivos de 2030. Esse financiamento não precisa vir apenas de doações filantrópicas ou assistência ao desenvolvimento proveniente do setor público. Uma ampla gama de mecanismos financeiros pode apoiar os objetivos florestais se estes forem projetados adequadamente, incluindo orçamentos domésticos e políticas fiscais, investimentos privados, financiamento misto e sem risco, doações ou empréstimos, apoio à preparação e capacitação e pagamentos baseados em resultados.

As promessas financeiras feitas em 2021 demonstram um aumento substancial da ambição de cumprir os objetivos florestais de 2030. Se forem totalmente entregues, quadruplicarão as finanças anuais para florestas de 2021-2025 para US\$ 9,5 bilhões. No entanto, o financiamento ainda precisaria aumentar em até 50 vezes para atender às necessidades de investimento. Um ano após essas promessas, ainda não é possível avaliar diretamente seu progresso, porque a maioria ainda não divulgou publicamente seus esforços de implementação. No entanto, os dados disponíveis ainda não mostram um aumento no financiamento correspondente às promessas feitas na COP26 em novembro de 2021.

De 2010 a 2020, governos comprometeram US\$ 25,3 bilhões em financiamento público doméstico e internacional para proteger e conservar florestas; financiamento comprometido com um objetivo

florestal declarado ou sob estratégias de REDD+. Os fluxos aumentaram desde 2010, com um período significativo de crescimento entre 2016 e 2019. No entanto, em 2020 os fluxos financeiros caíram quase pela metade, provavelmente devido às mudanças nas prioridades orçamentárias dos países na pandemia de COVID-19. Mesmo em seu auge, as finanças alinhadas com as metas florestais não foram tão afetadas em comparação com os fluxos financeiros "cinza" (potencialmente prejudiciais) domésticos e internacionais para os setores agrícola e florestal. De 2010 a 2020, investimentos cinzas do setor público totalizaram pelo menos US\$ 257 bilhões em finanças domésticas e US\$ 13 bilhões em finanças internacionais.

PIs e os CLs, que são os administradores e guardiões mais eficazes de seus territórios florestais, recebem muito menos financiamento do que suas necessidades financeiras estimadas para garantir direitos de posse da terra e preservar os ecossistemas florestais. Em 2019-2020, apenas 1,4% do total das finanças públicas climáticas foi direcionado para as necessidades de PIs e CLs, e apenas 3% da necessidade financeira para reforma transformacional da posse da terra estão sendo atendidas anualmente.

Agentes do setor privado (empresas, instituições financeiras e filantropias) ainda não aproveitaram seu significativo poder para direcionar o desenvolvimento e a produção de commodities para uma trajetória sustentável alinhada aos objetivos florestais. A maioria das instituições financeiras ainda não possui salvaguardas de desmatamento para seus investimentos. Quase dois terços dos 150 principais agentes financeiros mais expostos ao desmatamento ainda não têm uma única política de desmatamento que abranja seus investimentos de risco florestal, deixando US\$ 2,6 trilhões em investimentos em commodities com alto risco de desmatamento sem as devidas salvaguardas.

A demanda por créditos de carbono baseados na natureza no mercado voluntário de carbono cresceu significativamente, impulsionada principalmente pelo interesse das empresas. O volume de créditos de carbono negociados nos mercados voluntários de carbono cresceu 89% em 2021, com 45% de todos os créditos emitidos provenientes de projetos florestais e de uso da terra. Por outro lado, apenas 10% dos créditos de carbono emitidos em mercados de conformidade em 2021 vieram de esquemas que permitem o uso de créditos de carbono de florestas. O preço médio dos créditos de carbono florestal em 2021 ficou entre US\$ 4,7 e US\$ 15 por tonelada de CO<sub>2</sub>, bem abaixo do preço necessário para cumprir a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5 °C. No geral, a contribuição do financiamento do mercado de carbono ainda é pequena em comparação com outras fontes de financiamento verde.

## Recomendações

Apesar do preço para proteger e restaurar florestas em escala global (até US\$ 460 bilhões por ano), este é um investimento que não podemos deixar de fazer. Atingir as metas florestais de 2030 é essencial para garantir um mundo habitável de alinhamento com o Acordo de Paris. Governos, instituições financeiras, empresas e filantropias devem intensificar e alinhar seus gastos e investimentos com as metas de manutenção e restauração florestal.

Os Parceiros da Avaliação da Declaração Florestal apelam aos governos, empresas e instituições financeiras que utilizem todas as ferramentas disponíveis para aumentar substancialmente seus investimentos em florestas, ao mesmo tempo que evitem o financiamento de atividades prejudiciais.

Os Parceiros da Avaliação urgem aqueles que assumem compromissos financeiros florestais (incluindo os endossantes da Declaração dos Líderes de Glasgow) a colaborarem com as comunidades impactadas

na elaboração de seus compromissos, e a associarem essas promessas a marcos interinos transparentes e com prazo e relatórios públicos sobre desembolsos, eficácia do financiamento e alinhamento dos fluxos financeiros com objetivos florestais. Os responsáveis pelos compromissos devem detalhar qual parcela do financiamento prometido é adicional em relação ao financiamento planejado preexistente e devem esclarecer como, quando e onde esse financiamento será gasto. Devem ser implementados mecanismos de avaliação para permitir que doadores e comunidades avaliem os impactos do financiamento desembolsado e permitam os ajustes necessários. Processos inclusivos e transparentes são essenciais para entender como o financiamento prometido se compara às necessidades e podem ajudar a orientar e melhorar o impacto de investimentos futuros, bem como ajudar os agentes a prestar contas de seus compromissos. A gestão e governança do financiamento para florestas devem ser desenvolvidas em parceria com organizações implementadoras locais para garantir que o financiamento desembolsado atinja seus objetivos.

Todos os agentes financeiros, incluindo governos, instituições financeiras, empresas e filantropias, devem fazer todos os esforços possíveis para apoiar o envolvimento de PIs e CLs na tomada de decisões sobre florestas e finanças. Agentes públicos e privados devem facilitar o fluxo de financiamento para PIs e CLs para melhor permitir que eles realizem atividades de proteção e conservação da floresta. Governos, instituições multilaterais e fundações privadas devem priorizar o estabelecimento de novos mecanismos de financiamento direto para essas atividades e devem co-projetar esses mecanismos com grupos de PI e CL. O aumento da coordenação e cooperação entre doadores, ONGs, PIs e CLs pode ajudar a construir confiança e orientar as intervenções mais apropriadas. Os financiadores públicos e privados também devem reduzir os fardos administrativos e técnicos e fornecer capacitação para que os grupos de PIs e CLs recebam e gerenciem fundos diretamente. Quando forem necessários intermediários, deve-se priorizar as organizações confiáveis por PIs e CLs.

Agentes do setor público devem tomar medidas concretas e de longo alcance para implementar e expandir seus compromissos financeiros e alinhar as políticas fiscais e financeiras com os objetivos florestais, incluindo:

- Incorporar riscos e impactos florestais nas estruturas de orçamento público. Governos devem avaliar o impacto potencial das decisões financeiras e fiscais públicas sobre as florestas e direcionar as finanças para atividades que apresentem o menor risco e os maiores benefícios para as florestas. Medidas de salvaguarda devem ser tomadas quando necessário.
- Aproveitar todas as oportunidades para redirecionar subsídios agrícolas prejudiciais e outros incentivos (nacionais e internacionais) que impulsionem o desmatamento e a degradação florestal. Governos devem trabalhar para identificar quais subsídios levam a impactos florestais adversos e, na medida do possível garantindo resultados justos e equitativos, redirecionar esses subsídios, seja condicionando o apoio financeiro ao alcance de objetivos ambientais, ou canalizando para programas de incentivo sem desmatamento.
- Empregar ferramentas de financiamento misto para aproveitar o financiamento do setor privado para a proteção das florestas. Implementar políticas e instrumentos que possam ajudar a reduzir o risco dos investimentos privados para criar um ambiente propício para o financiamento privado.

Instituições financeiras e empresas de todos os setores devem reconhecer e agir sobre os riscos inerentes aos negócios apresentados pelo desmatamento e degradação florestal e implementar medidas e políticas para combater esse risco, incluindo:

- Desenvolver uma compreensão completa da exposição e contribuição da empresa ou instituição para os riscos e impactos relacionados ao clima e a florestas (a curto, médio e longo prazo).
- Incorporar processos para avaliar riscos relacionados ao clima e florestas nos processos de gerenciamento de risco existentes. Isso inclui processos de identificação, gerenciamento e mitigação de riscos.
- Passar de divulgação voluntária para obrigatória de riscos florestais e avançar em relação às promessas de aumentar a transparência e permitir que os investidores reconsiderem suas decisões de alocação de capital.
- Implementar padrões e políticas que promovam ativamente investimentos verdes e empréstimos para empresas do setor de terras orientadas à conservação florestal.
- Priorizar investimentos alinhados e sinérgicos aos objetivos florestais, aplicando a hierarquia de mitigação a todas as decisões de investimento. Limitar o volume de financiamento privado que se desloca para atividades que têm um impacto negativo sobre as florestas.

Quando agentes do setor privado optam por investir na conservação e restauração da natureza, eles devem garantir que estão apoiando intervenções de alta qualidade e alta integridade alinhadas com a hierarquia de mitigação e metas baseadas na ciência. Isso pode incluir opções baseadas no mercado, como participação em mercados de carbono com créditos florestais e fundiários, ou opções não baseadas no mercado, como apoio à implementação de atividades de sustentabilidade em escala jurisdicional ou paisagística. Ações para atingir esse objetivo incluem:

- Investir no financiamento paisagístico para atividades de proteção florestal que abordem holisticamente os principais fatores de desmatamento, conversão e degradação da terra, tanto no mercado quanto fora dele. Um exemplo é o apoio a plataformas multissetoriais que podem promover a construção de grupos de interesse, planejamento estratégico, mapeamento e desenvolvimento de projetos.
- Ao usar créditos de carbono baseados em florestas para cumprir metas internas de mitigação climática, usar créditos de carbono baseados em florestas para compensar as emissões residuais somente após priorizar a redução de emissões dentro das operações internas do ator. Além disso, considerar investir em créditos de carbono baseados em florestas como parte de estratégias para alcançar a descarbonização social além das cadeias de valor das próprias empresas.
- Ao tomar decisões de compra, priorizar 1) padrões de crédito que atendam aos critérios essenciais de integridade social e ambiental, 2) créditos de alta qualidade de programas de REDD+ jurisdicionais 3) projetos aninhados em programas de REDD+ jurisdicionais de alta qualidade e 4) créditos de outros projetos e programas de qualidade que reduzam as ameaças às florestas tropicais existentes.
- Desenvolver, ampliar e adotar estruturas de governança que estabeleçam regras para uso público e privado e reivindicações sobre créditos de carbono.

# Governança florestal

A governança florestal eficaz resulta em marcos legais e políticos claros que conduzem à participação significativa de todos os grupos, responsabilizam os governos e promovem ações para alcançar objetivos compartilhados, como proteção florestal e melhor posse da terra e acesso a recursos naturais.

As evidências mostram que a governança florestal fraca resulta em impactos negativos, não apenas nas paisagens florestais e seus ecossistemas, mas também nas sociedades e, em especial, naqueles que são mais dependentes de terras florestais, incluindo PIs e CLs, pessoas pobres e outros grupos marginalizados. Em locais onde países reduziram com sucesso o desmatamento, esse sucesso resultou de sistemas de governança robustos.

Em um mundo onde promessas voluntárias são cada vez mais usadas para comunicar a intenção de trabalhar coletivamente em direção aos objetivos florestais de 2030, a governança florestal eficaz continua sendo a base para garantir que as ações estejam alinhadas a um objetivo comum.

## Constatações

Faltando apenas oito anos para atingir os objetivos de 2030, a governança das florestas e terras florestais ainda não é forte o suficiente para conter o desmatamento e a degradação de acordo com esses objetivos. Instrumentos jurídicos e políticos robustos, como moratórias, capacidade de execução reforçada, políticas inteligentes de conservação e melhoria da transparência e da responsabilização são eficazes na proteção das florestas, conforme evidenciado por reduções notáveis no desmatamento em vários períodos desde 2004, quando essas ferramentas foram empregadas na Indonésia, Gana, Costa do Marfim, Gabão, Guiana e Brasil. No entanto, algumas dessas conquistas foram revertidas (principalmente no Brasil) ou correm o risco de serem revertidas à medida que países eliminam ou reverterem os ganhos de políticas por meio de emendas recentes e propostas.

Em alguns países, reformas e novas iniciativas fortaleceram os marcos legais e políticos que regem as florestas e o uso da terra. Jurisdições como a República do Congo e os Estados Unidos desenvolveram recentemente leis e políticas para proteger e gerenciar de forma sustentável suas florestas de forma mais eficaz. Outros, como a União Europeia (UE), Austrália, Vietnã e China estão expandindo suas regulamentações do lado da demanda, desenvolvendo leis que tratam da importação de commodities com risco florestal e aprimorando a rastreabilidade no setor florestal. No entanto, a maioria dessas

### GOVERNANÇA FLORESTAL

Esta avaliação abrange os sistemas de governança florestal e até que ponto eles apoiam o objetivo de deter e reverter a perda florestal e a degradação da terra até 2030. Os elementos de governança florestal avaliados incluem marcos legais, políticos e institucionais sobre gestão sustentável e proteção de florestas; medidas do lado da demanda e engajamento internacional; aplicação da lei; segurança da posse da terra, proteção de direitos e capacitação dos povos indígenas e comunidades locais; e transparência, participação pública e acesso à justiça. Este relatório baseia-se em relatórios anteriores da Avaliação de Progresso da NYDF sobre o Objetivo 10 da NYDF.

#### TEMA 4

propostas carece de detalhes suficientes, está em estágios iniciais de desenvolvimento ou ainda não foi implementada em escala suficiente para conter o desmatamento de acordo com o objetivo de 2030.

Abordagens mais inclusivas para o desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas têm sido adotadas por um número crescente de países, refletindo tanto a crescente capacidade e competência da sociedade civil quanto o reconhecimento governamental do valor da proteção florestal. Isso resultou em melhorias nas políticas e leis, e maior responsabilização do governo e do setor privado na República do Congo, Gana e Camarões.

A aplicação da lei também melhorou em alguns países com florestas tropicais, por exemplo reduzindo as exportações ilegais de madeira na República Democrática Popular do Laos e contribuindo para a redução do desmatamento na Indonésia. Mas também houve um enfraquecimento da aplicação e das lacunas nos marcos legais existentes, impedindo a aplicação efetiva em outros países. Além disso, a corrupção é generalizada em muitas áreas florestais, facilitando ilegalidades nas florestas e comércio ilegal de madeira.

Finalmente, a insegurança de posse da terra é persistente em muitos países, com pelo menos 50% das terras e territórios ocupados por PIs e CLs ainda não reconhecidos legalmente. As reformas nos países da Bacia do Congo, como a República do Congo e a República Democrática do Congo (RDC), fortaleceram o reconhecimento e a proteção dos direitos de PIs e CLs. No entanto, outros grandes países com florestas tropicais também enfraqueceram a proteção legal dos direitos de PIs e CLs por meio de alterações regulatórias e legislativas, ou não aceleraram a implementação de políticas e leis relevantes, de forma que PIs e CLs ainda enfrentam violações de seus direitos territoriais, bem como violência e marginalização.

## Recomendações

Governos devem tomar medidas urgentes para fortalecer a governança florestal, incluindo:

- Abordar os pontos fracos, as sobreposições e as ambiguidades nos marcos legais florestais; esclarecer leis, regulamentos e mandatos institucionais pouco claros e sobrepostos; racionalizar os marcos legais nos setores florestais e não florestais; e melhorar a capacidade de compreensão das leis das autoridades que as aplicam.
- Deter e reverter o enfraquecimento dos marcos jurídicos e das capacidades institucionais. Governos devem avaliar cuidadosamente as implicações a longo prazo dos recentes retrocessos no desenvolvimento sustentável e nas florestas. Isso inclui as recentes alterações e a introdução de leis que prejudicam a proteção florestal e as reformas que enfraquecem as proteções ambientais e sociais após a COVID-19.
- Proteger os direitos de posse de terra de PIs e CLs desenvolvendo e implementando leis claras e coerentes que reconheçam e protejam formalmente esses direitos.
- Implementar processos inclusivos para governança florestal, inclusive incorporando a participação e inclusão de comunidades dependentes da floresta na tomada de decisões florestais nos marcos legais, garantindo que os PIs e CLs sejam consultados e tenham consentido nas decisões sobre suas terras florestais por meio de um processo de CLPI. De forma mais ampla, garantir a participação de agentes não estatais na elaboração e

implementação de políticas e leis; planejamento do uso da terra; aplicação da lei; e monitoramento florestal.

- Abordar as deficiências regulatórias e garantir a implementação adequada das avaliações de impacto ambiental e social (AIAS) e das legislações sobre áreas protegidas. A implementação adequada de AIAS inclui considerar todos os impactos negativos diretos, indiretos e cumulativos sobre as florestas e as pessoas que dependem delas e priorizar sua prevenção de acordo com a hierarquia de mitigação.
- Aumentar os freios e contrapesos para combater a corrupção no setor fundiário e florestal. Isso requer, por exemplo, limitar a discricão dos funcionários do governo na aprovação de concessões; adotar regras robustas para evitar conflitos de interesse; implementar sistemas robustos de garantia da legalidade da madeira e requisitos de due diligence; e garantir o cumprimento ou o fortalecimento das leis de transparência.
- Fortalecer a fiscalização alocando recursos suficientes para as agências de fiscalização, fortalecendo a cooperação internacional e capacitando a sociedade civil e as comunidades para realizar monitoramento.
- Fortalecer o planejamento do uso da terra, incluindo análises de planejamento espacial baseadas em evidências e processos para alocação de concessões e AIAS, em alinhamento com os objetivos florestais.



## SOBRE

A Avaliação da Declaração Florestal é um processo contínuo e colaborativo realizado coletivamente por organizações da sociedade civil e pesquisadores, conhecido como Forest Declaration Assessment Partners (Parceiros de Avaliação da Declaração Florestal). Anteriormente chamada Avaliação de Progresso da NYDF, a Avaliação da Declaração Florestal tem publicado, desde 2015, atualizações anuais sobre o progresso em direção aos objetivos florestais globais. Todas as descobertas da avaliação passam por um rigoroso processo de revisão por pares conduzido por especialistas em todo o mundo. Para saber mais sobre a Avaliação da Declaração Florestal, por favor, visite [www.forestdeclaration.org/about/assessment](http://www.forestdeclaration.org/about/assessment).

Este relatório pertence ao domínio público. Os usuários são bem-vindos a baixar, salvar, ou distribuir este relatório eletronicamente ou em qualquer outro formato. Uma cópia digital desta avaliação, juntamente com as avaliações de progresso anteriores, estão disponíveis em [www.forestdeclaration.org](http://www.forestdeclaration.org).

## CITAÇÃO

Favor utilizar a seguinte citação ao fazer referência às conclusões apresentadas neste relatório:

“Parceiros de Avaliação da Declaração Florestal. (2022). Avaliação da Declaração da Floresta: Estamos no caminho certo para 2030? Resumo executivo. Climate Focus (coordenador e editor). Acessível em [www.forestdeclaration.org](http://www.forestdeclaration.org).

## AGRADECIMENTOS

Este projeto é apoiado pela Aliança Clima e Uso da Terra (CLUA) e pela Plataforma de Declaração Florestal. O apoio às relações com a mídia foi fornecido pela Burness. Comunicações digitais coordenadas por Sara Cottle. Traduções fornecidas por VVH traduções comerciais. Os autores agradecem aos múltiplos indivíduos e organizações que forneceram seu tempo e experiência, de muitas maneiras diferentes, para o desenvolvimento e melhoria deste trabalho.



